

ACESSO ABERTO E REPOSITÓRIOS DIGITAIS: gestão da informação e do conhecimento como política pública em esporte e lazer no Brasil ¹

RODRIGO DUARTE FERRARI

INTRODUÇÃO

De um lado, observamos a prioridade do Brasil em estabelecer políticas públicas orientadas pela necessidade de desenvolvimento econômico, que implica investir em ciência e tecnologia. Por outro lado, nem sempre o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico é coerente com os interesses vinculados à construção do país e do desenvolvimento social das populações menos favorecidas economicamente. No caso desta pesquisa, essa contradição de interesses é representada por meio da própria cadeia produtiva de informações e conhecimentos científicos, especialmente nas ações que abrangem o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) na ampla socialização dos processos e resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos.

Nesse sentido, o Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC)² representa uma iniciativa pioneira no campo da gestão da informação e do conhecimento em esporte e lazer no país. Essa ação foi subsidiada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte e Lazer da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte

-
- 1 Este texto é um recorte de dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGEF/UFSC) em fevereiro de 2012 (FERRARI, 2012), orientada pelo Prof. Giovani De Lorenzi Pires.
 - 2 O RIRC pode ser acessado pelo endereço <http://www.labomidia.ufsc.br/redecedes/> ou pelo portal do Ministério do Esporte, em: <http://www.esporte.gov.br/snelis/esporteLazer/cedes/default.jsp>.



(DCTEC/SNDEL/ME)³, em convênio com o LaboMídia⁴, laboratório e grupo de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que concebeu, propôs, implantou e administra o referido repositório, em parceria com a Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC/UFSC). O RIRC integra o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)⁵ e os Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer (Rede CEDES)⁶.

O PELC é um programa finalístico, ou seja, funciona a partir do atendimento direto à população brasileira com os objetivos de “(...) ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social”⁷. A Rede CEDES integrava o PELC e visava produzir conhecimentos no campo do esporte e lazer para subsidiar a criação, gestão e avaliação de políticas públicas, isso inclui “democratizar o acesso às informações e conhecimentos relativos ao esporte recreativo e ao lazer.”⁸

A Rede CEDES opera por convênios entre o DCTEC/SNDEL e universidades distribuídas pelas cinco regiões do Brasil, estrutura que desde 2003 resultou no apoio a 55 núcleos e 89 projetos⁹ de pesquisas no campo do esporte e do lazer. De forma breve, foi esse o contexto que incentivou e justificou a criação do RIRC como demanda institucional para organizar, preservar e disponibilizar em acesso aberto as produções científicas da rede.

Com isso, delimitamos o seguinte questionamento para construir este texto: *como a proposta de desenvolvimento do RIRC é percebida pelos gestores*

3 Uma nova configuração do ME foi implantada em 2011; a partir dela, a SNDEL foi extinta, sendo seus programas distribuídos entre outras secretarias do ministério. Esse contexto será abordado com mais detalhes no item 4.1. da pesquisa. Para efeito dessa pesquisa, será referida a antiga configuração do ME.

4 Disponível em: <http://www.labomidia.ufsc.br>

5 No novo organograma do ME, o PELC passou a fazer parte da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

6 A Rede CEDES encontra-se atualmente pouco operacional, mantendo apenas atividades burocráticas referentes aos projetos ainda em desenvolvimento.

7 Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>. Acesso em 26/09/2011.

8 Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/diretrizesGerais.jsp>. Acesso em 26/09/2011.

9 Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/default.jsp>. Acesso em 17/06/2012.

da Rede CEDES no processo de construção de uma política pública de gestão da informação e do conhecimento em esporte e lazer no Brasil?

Sendo assim, objetivamos neste texto descrever, analisar e refletir sobre a percepção dos gestores da Rede CEDES relativa ao RIRC, considerando as características, propósitos e funcionalidades dos repositórios digitais como ferramentas para gerir informações e conhecimentos de acordo com as diretrizes do acesso aberto.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa que gerou o presente texto se caracterizou como um estudo de caso (BOGDAN; BINKLEN, 1991) que tomou o RIRC como seu objeto de análise¹⁰. A técnica de pesquisa que utilizamos foi a observação participante, escolha que nos permitiu estudar o RIRC e a comunidade da Rede CEDES a partir e “por dentro” dela. O instrumento principal de produção dos dados do presente recorte da pesquisa foram 3 (três) entrevistas semi-estruturadas, realizadas com as seguintes gestoras do ME: Secretária/SNDEL - Rejane Penna Rodrigues; Coordenadora/DCTEC - Patrícia Z. M. de Moraes; Diretora/DCTEC - Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto.

As entrevistas aconteceram em novembro/2010. O critério de seleção das gestoras foi o vínculo direto com a administração da Rede CEDES. Em média cada entrevista durou uma hora, todas foram gravadas em formato audiovisual, transcritas e enviadas para as gestoras aprovarem o conteúdo. Diante deste quadro metodológico, o desenho investigativo dessa pesquisa se caracteriza predominantemente como um estudo qualitativo (GOELLNER *et al*, 2010).

Na pré-análise do material de campo, definimos um eixo temático de discussão, denominado “o RIRC como política pública”. Ele foi definido com base nos critérios que Bardin (2009) denomina como exclusão mútua, ou seja, definição de uma identidade clara e homogênea de um eixo ou categoria. Num segundo momento, o eixo definido orientou o estudo e a definição de referenciais teóricos capazes de fundamentar as discussões que propomos aqui, assim como a interpretação dos dados de acordo com nosso problema e objetivos. Este texto circunscreve-se, portanto, à análise deste eixo temático.

De acordo com Mezzadri (2011), as políticas públicas em esporte e lazer formam um campo de pesquisa recente no Brasil, carente de aprofundamentos teórico-metodológicos específicos a partir da categoria política pública. Nesse

10 Projeto de pesquisa aprovado pelo comitê de ética da UFSC, processo nº 1907.



contexto, ao autor propõe uma sistematização que divide a política pública em três eixos: *policy analysis*, *policy cycle* e *policy arena*. A *Policy analysis* parte do entendimento da palavra política no âmbito das ciências políticas. Nesse texto, política é entendida como *polity*: estrutura institucional (ex.: Ministério do Esporte / Rede CEDES); *politics*: processos que articulam objetivos, conteúdos e decisões políticas; *policy*: os programas e ações concretos criados e administrados pelos governos.

Essa definição funciona a partir de uma determinada lógica, que segundo Mezzadri (2011) é denominada de *policy cycle*: “1) Percepção e definição de problemas; 2) Elaboração de programas; 3) Implementação de políticas; 4) Avaliação de políticas; e 5) Correção da ação” (MEZZADRI, 2011, p. 94). Nesse texto esse ciclo ocorre a partir de interações e disputas no Ministério do Esporte (*politics*), gestores públicos desta instituição (*polity*), que criaram e administram a Rede CEDES (*policy*). Essas interações e disputas constituem a *policy arena*, que neste texto busca refletir sobre os limites e possibilidades do acesso aberto no âmbito das políticas públicas em esporte e lazer no Brasil.

ACESSO ABERTO: UMA PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA

O termo *acesso aberto* surgiu em 2001 na *Budapest Open Access Initiative* – BOAI (HUNGRIA, 2002)¹¹. Porém, Harnad (2010a) recorda que esse fenômeno é mais antigo e está diretamente associado com o início da própria popularização da internet em meados da década de 1990, pois um dos primeiros usos da internet objetivava facilitar a comunicação entre pesquisadores com interesses comuns. Em 1994, a proposta subversiva de transformar todos os periódicos científicos em formatos digitais e disponibilizar essas publicações em acesso aberto na *Web*, assim como o desenvolvimento dos primeiros projetos de repositórios digitais começavam a se estruturar.

É com base nesse momento histórico que Harnad (2004a) descreve os caminhos para alcançar o acesso aberto e os diferencia com as cores dourada e verde, fazendo referência aos periódicos revisados por pares e os repositórios digitais respectivamente. Em coerência com o objeto e campo empírico dessa pesquisa, nosso foco se concentra no acesso aberto a partir da via verde.

11 Disponível em: <http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>

Em 2000 a Universidade de Southampton criou o *Eprints*, que segundo Harnad (2010a) possibilitou que toda universidade utilizasse o sistema para disponibilizar em acesso aberto as produções de suas respectivas instituições. Foi assim que surgiu o termo repositório institucional e na sequência vários deles foram desenvolvidos. Entretanto, o autor recorda que a maioria permaneceu quase vazio, pois 85% dos pesquisadores não auto-arquivavam suas produções mesmo após a criação de repositórios digitais. Por meio deste e de outros exemplos, o autor compreende que garantir o auto-arquivamento é o maior desafio do acesso aberto e a solução que pode gerar os maiores impactos em direção à universalização do acesso à informação e ao conhecimento científico.

Harnad (2010b) não hesita em afirmar que o mandado é a única forma de garantir o sucesso pleno do auto-arquivamento. Esse argumento se fundamenta em pesquisas como a de Swan (2006), que aplicou questionários para conhecer a opinião de pesquisadores de diferentes disciplinas sobre como eles se comportariam se suas universidades e agências financiadoras de pesquisas solicitassem que eles auto-arquivassem suas publicações em repositórios de acesso aberto. Os resultados da pesquisa realizada pela autora apontam que 81% auto-arquivariam suas respectivas publicações em repositórios de acesso aberto se fossem obrigados por mandados, 14% seriam contrários ao mandado mas se submeteriam à exigência e 5% não auto-arquivariam.

Todo mandado funciona a partir da lógica de exigências e deveres relacionados com o cumprimento de determinadas condutas, sob a ameaça de retaliações objetivas e imparciais caso os acordos não sejam cumpridos. Isso deve ser definido e estipulado pelos gestores das instituições que desenvolvem seus próprios repositórios e de início formam um dos principais problemas inerentes aos repositórios digitais. A questão que se impõe é: quais são os critérios mais adequados para exigir e controlar o auto-arquivamento? Compreendemos que não existe uma resposta padrão para esse problema, sendo que cada caso deve ser pensado de acordo com suas próprias especificidades.

Evidentemente que a polêmica e os argumentos para fundamentar o acesso aberto e os repositórios digitais como política pública não se esgotam com essas reflexões que apresentamos, mas interpretamos que elas são suficientes para encaminhar as discussões provenientes do campo de investigação dessa pesquisa. Na sequência exploramos outro aspecto político e operacional ligado às propostas de acesso aberto, um recorte sobre o uso de *softwares* livres para



desenvolver repositórios digitais no que tange a criação de infraestrutura para construir a via verde.

SOFTWARE LIVRE, REPOSITÓRIOS DIGITAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Os *softwares* livres são produtos de práticas colaborativas inerentes em torno do desenvolvimento de *softwares* que surgiram a partir da livre distribuição dos códigos fontes do sistema UNIX criado por Ken Thompson em 1969 (AGUIAR, 2009, p.13). Essa iniciativa é formada por tecnólogos profissionais e entusiastas, denominados de *hackers*¹², que ao longo dos anos continuam trabalhando em diversos projetos colaborativos de *softwares* livres. De acordo com o autor, o movimento *software* livre cresceu mundialmente até se tornar uma comunidade colaborativa sólida de desenvolvedores de sistemas e usuários. Para termos uma noção do tamanho dessa comunidade, em 2007 mais “(...) de 140.000 projetos de *softwares* livres estão registrados em apenas um dos maiores repositórios de código-aberto do mundo, o site sourceforce.net” (AGUIAR, p. 13, 2009).

Logo no início da primeira gestão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 2003 à 2006, o desenvolvimento e uso de *softwares* livres passou a integrar as políticas públicas do país:

As principais motivações do governo brasileiro para desenvolver um programa de implantação de *software* livre estão ligadas às questões da macro-economia brasileira, à garantia de uma maior segurança das informações do governo, à ampliação da autonomia e capacidade tecnológica do país, à maior independência de fornecedores e à defesa do compartilhamento do conhecimento tecnológico como alternativa para os países em desenvolvimento (BRANCO, 2004).

Segundo o autor, são essas as principais questões afetas às políticas públicas brasileiras relacionadas ao uso oficial dos *softwares* livres (BRANCO, 2004):

12 Segundo Aguiar (2009), o termo hacker não pode ser confundido com o termo cracker, sendo que apenas as ações do segundo grupo estão associadas com práticas ilícitas no âmbito tecnológico, por exemplo, invasões de computadores de órgãos públicos e privados. Os hackers são indivíduos que buscam soluções coletivas e agem de acordo com os princípios do software livre, portanto eles repudiam qualquer forma de violação de sistemas e leis.

- a) **Questão macro-econômica:** o Brasil gasta mais de um bilhão de dólares anualmente em decorrência do uso de *softwares* proprietários, ou seja, a promoção do uso e desenvolvimento de *softwares* livres representa uma economia significativa. A primeira consequência é a facilitação e o aceleração da inclusão digital no país.
- b) **Segurança das informações:** se o governo não pode acessar o código-fonte de um software, isso se torna um problema de segurança, pois não é possível saber o que o *software* pode fazer ou quais são suas falhas. Portanto, os *softwares* livres são as opções mais seguras, sobretudo, no âmbito da gestão pública.
- c) **Autonomia e independência tecnológica:** para se integrar na Sociedade em Rede descrita por Castells (2010) é preciso ter acesso ao principal capital contemporâneo, o conhecimento digital. Para isso é preciso superar a condição brasileira e dos brasileiros de consumidores para produtores de tecnologia.
- d) **Independência de fornecedores:** é só a partir do acesso ao código-fonte que o governo brasileiro pode ter certeza do que está comprando e utilizando, assim como não fica dependente dos fornecedores de *softwares* proprietários caso o governo deseje adaptar, reutilizar e melhorar o sistema.
- e) **Compartilhamento de conhecimentos:** o Brasil deve superar sua dependência histórica relativa ao conhecimento, isso implica na revisão das leis de propriedade intelectual para que elas deixem de ser reservas de mercado e realmente promovam a liberdade de criação.

O *DSpace* é o *software* livre usado para desenvolvimento de repositórios digitais mais utilizados em todo mundo e recomendado pelo IBICT por sua eficiência na gestão de informações e conhecimentos científicos institucionais. Tansley *et al.* (2005) contam como foi o processo de transição do *DSpace* para um projeto de *software* livre, e pontuam algumas possibilidades e desafios dessa escolha. A primeira delas é o exemplo de enfrentamento das questões



de licenciamento e direito autoral (Copyright). Atualmente os direitos autorais dos códigos-fontes do *DSpace* são de propriedade da fundação *Duraspace* sob a licença BSD (*Berkley Software Distribution*)¹³, uma derivação de licenças para *software* livres¹⁴. Essa permite a redistribuição do código-fonte do *software*, modificado ou não, desde que os créditos dos autores sejam mantidos.

Outro processo importante relatado por Tansley *et al.* (2005) é o crescimento gradativo do processo colaborativo de desenvolvimento do sistema, que se fortaleceu por meio da abertura espontânea do primeiro núcleo de programadores. Como meio para organizar esse trabalho cooperativo, a comunidade *DSpace* se apropriou do *sourceforce.net* para disponibilizar o *software* e sua respectiva documentação; de listas de emails com temas específicos de discussões; uma Wiki¹⁵; e o site *dspace.org* como apresentação, suporte e canal de comunicação.

O RIRC COMO POLÍTICA PÚBLICA

Nesta parte do texto iremos apresentar e discutir alguns trechos selecionados das entrevistas que realizamos com as três gestoras da Rede CEDES. Nosso foco é articular essas entrevistas com os aspectos teóricos do acesso aberto, *softwares* livres e repositórios digitais como elementos relevantes no processo de construção e manutenção de políticas públicas democráticas na gestão do esporte e lazer brasileiro.

Do ponto de vista mais específico da gestão pública, as TIC's representam um salto qualitativo sem precedentes na organização e disponibilização de informações e documentos. Para as gestoras da SNDEL, o uso das TICs no âmbito do esporte e lazer significa um caminho promissor para qualificar a política pública e democratizar o acesso a informação e o conhecimento da área. Essa compreensão estratégica é um dos fundamentos que suportam as ações da Rede CEDES. Apesar desse entendimento da SNDEL, o ME carece de uma proposta integrada de uso das TICs capaz de dar conta de todo ministério. Isso é exemplificado a partir do dado que a Secretária da SNDEL apresenta sobre a ausência de informações e conhecimentos relativos ao Pan-Americano realizado no Rio de Janeiro

13 Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Licen%C3%A7a_BSD

14 Modelo de licença BSD disponível em: <http://www.opensource.org/licenses/bsd-license.php>

15 Disponível em: <https://wiki.duraspace.org/dashboard.action>

em 2007. Segundo a gestora “(...) *têm muita informação, conteúdo, mas como o ME contratou empresas privadas por licitações (para executar essa tarefa), esse conteúdo se tornou de domínio privado e não público*” (Rejane Penna Rodrigues, entrevista realizada 19/11/2010).

Exemplo disso: no Pan e ParaPan Rio/2007, em apenas um programa – “Programa Rumo ao Pan 2007” – o Ministério do Esporte gastou R\$ 1,8 bilhões dos cofres públicos, segundo o Tribunal de Contas da União¹⁶ (TCU), e não encontramos um link sequer sobre o evento no site do ME. Com relação a essa ausência de uma política ministerial de gestão da informações e conhecimentos de interesse público, a coordenadora do DCTEC/SNDEL expõe a sua opinião a respeito desse contexto: “*acho um absurdo não termos um banco de dados simples para organizar e sistematizar as informações*” (Patrícia Z. M. de Moraes, entrevista realizada 19/11/2010). Além da importância de organização interna dessas informações e conhecimentos para dar suporte à gestão do ministério, Jenkins (2009) demonstra com exemplos estadunidenses que o uso das TICs também se configura como um meio de fortalecimento da democracia, sobretudo, na dimensão da transparência e prestação de contas dos órgãos públicos perante a sociedade.

A referência ao Pan 2007 é muito atual e pertinente, haja vista que o país irá sediar os dois maiores eventos esportivos do mundo, a Copa da FIFA de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Essa realidade está mobilizando reflexões e questionamentos de toda sociedade, com destaque para a comunidade científica do esporte e lazer (PIRES, org., 2011). O Brasil é um país em desenvolvimento com problemas sociais, políticos e econômicos no campo da educação, saúde e segurança pública que carecem de investimentos públicos, enquanto bilhões desses recursos serão destinados para viabilizar esses megaeventos, sob permanentes suspeitas e denúncias de superfaturamento, corrupção e outros mau-feitos.

Com relação à gestão da informação e do conhecimento relacionados com os megaeventos que serão realizados no Brasil, o ME lançou recentemente o portal institucional da Copa de 2014¹⁷, e também disponibiliza informações

16 Disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/Pan.doc. Acessado em 26/07/2011

17 Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/>. Acesso em 21/09/2011.



no portal de transparência¹⁸ do estado brasileiro. Essas iniciativas são positivas, porém demandam comprometimento político para que esses meios digitais de comunicação não se caracterizem apenas como publicidade do ME, patrocinadores e parceiros desses megaeventos. Nosso entendimento é que essas ferramentas podem ser utilizadas para fortalecer a cidadania no país e garantir a memória desses megaeventos de forma perene e segura. Com a ajuda de Harnad (2004a), compreendemos que uma adaptação voltada para as políticas públicas da via verde do acesso aberto seria uma das propostas capazes de organizar a gestão da informação e do conhecimento público de forma mais democrática.

Ainda com relação ao tema dos megaeventos, não podemos deixar de citar que existe um abismo que separa as políticas de esporte de alto rendimento em comparação com o esporte educacional e de lazer. Para aumentar ainda mais essa diferença, o esporte de alto rendimento muitas vezes serve como modelo para o educacional e lazer, sobretudo, na docência escolar (KUNZ, 1991).

Outra questão que nos chama a atenção é a diferença de investimentos entre os programas do ME voltados para a educação e lazer. De acordo com as gestoras da SNDEL o orçamento total da Rede CEDES previsto para o edital de 2011 era de um (1) milhão de reais¹⁹, montante muito baixo em comparação com o Programa Segundo Tempo (PST) que dispõe de mais de R\$ 255 milhões²⁰. Essa realidade é conhecida pelos pesquisadores da rede e fundamenta os movimentos de reivindicação em direção da ampliação e garantia da continuidade desses investimentos na Rede CEDES.

A despeito dos méritos de cada ação ministerial, segundo a secretária da SNDEL essa diferença orçamentária se reflete objetivamente nas probabilidades de continuidade da Rede CEDES. Isso ocorre, principalmente, porque as políticas públicas são avaliadas por técnicos em economia e o primeiro

18 Disponível <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/> e <http://www.portaltransparencia.gov.br/rio2016/>. Acesso em 21/09/2011.

19 Apesar de o edital ter sido publicado e a seleção de projetos para a Rede CEDES em 2011 realizada, a verba não foi empenhada em tempo hábil e, assim, nenhum dos projetos aprovados recebeu o apoio financeiro previsto.

20 Disponível em: <http://www8.senado.gov.br/businessobjects/enterprise115/desktoplaunch/siga/abreSiga.do?docId=6008105&kind=Webi>. Acessado em 26/07/2011. O pedido de afastamento do então ministro do esporte Orlando Silva sob acusações de desvio de recursos do PST para os cofres do seu partido (PCdoB) tornam essa situação ainda mais preocupante.

critério de análise para medir o impacto e importância dessas políticas é a verba alocada em cada programa ou ação. Segundo Aragão (1992), esse cenário exemplifica o que Habermas identifica como a invasão da dimensão sistêmica da sociedade no mundo da vida. As políticas públicas e a administração do estado obedecem à uma razão monológica, instrumental, que supervaloriza um tipo de cálculo matemático e procedimentos burocráticos para ler o presente e planejar o futuro. Tudo que não pode ser medido objetivamente em recursos investidos e número de pessoas atendidas são considerados como critérios de avaliações secundários.

A secretária reforça a ideia de que esses critérios são reducionistas e não expressam o impacto e relevância das políticas públicas, enfatizando que a avaliação da sociedade e a consequente reivindicação são essenciais nesse processo.

Você está dentro de uma estrutura disputando espaços com outros, então se fala que existe pouca verba e prioridades. Isso acaba que, você se vê quase que legislando em causa própria e buscando recursos para tua secretaria. Agora se a sociedade coloca isso, aí passa a ser uma demanda para o conjunto do ministério, reforça aquilo que apontamos como necessidade política. Hoje estamos precisando unir esforços de conscientização da sociedade para que ela também abra diálogo com o conjunto da gestão (Rejane Penna Rodrigues, entrevista realizada 19/11/2010).

Os próprios pesquisadores da Rede CEDES apresentam argumentos que não podem ser verificados matematicamente e que são relevantes nos processos decisórios da política e administração do esporte e lazer brasileiro. De acordo com as gestoras a construção das políticas públicas em esporte e lazer (PELC e Rede CEDES) no Brasil são pioneiras e um exemplo a ser seguido por todo governo federal. O fundamento desse diagnóstico reside na estratégia de articular o PELC com a Rede CEDES, no sentido de trabalhar com a produção de conhecimento científico para subsidiar as políticas públicas da área, materializando um exercício contínuo de construção e auto-avaliação.

Não apenas concordamos com as colocações das gestoras, como compreendemos que essa dimensão crítica-reflexiva da Rede CEDES contribui, em certa medida, com a reversão do processo de hipertrofia da dimensão sistêmica da gestão pública em esporte e lazer no Brasil (ARAGÃO, 1992). A Rede CEDES formou um canal de diálogo crítico entre o poder público e a sociedade acadêmica, aumentando o valor da dimensão simbólica inerente às políticas



públicas, que na nossa compreensão, devem ser pensadas e colocadas em prática a partir das complexas necessidades que partem da sociedade para o governo, e não o inverso.

Isso inclui pensar em estruturas que permitam a maior participação da sociedade nas decisões relativas à administração dos recursos e financiamentos de programas e ações ministeriais. Entretanto, não há garantias da continuidade da Rede CEDES e tampouco que ela se configure como uma política de estado e não de governo.

A diretora do DCTEC nos explica de forma pontual o que a Rede CEDES representa como proposta inovadora de política pública em esporte e lazer no Brasil:

a produção de conhecimento, principalmente, como diagnóstico de que as pesquisas vão ajudar a repensar e conhecer a realidade dos programas que estamos trabalhando no âmbito do esporte e lazer; a produção de materiais resultantes dessas pesquisas, no mínimo o relatório final e se possível livros, vídeos etc.; a sistematização e organização desses materiais; a publicização desses materiais; e finalmente, essa publicização alcançar a ação educativa que os nossos núcleos (PELC) estão trabalhando (Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto, entrevista realizada 19/11/2010).

Parte desse processo está diretamente relacionado com o RIRC, pois uma das formas de atingir os objetivos da Rede CEDES é por meio da publicidade, circulação e uso dos resultados das pesquisas financiadas pela ação. Segundo Tavares (2010), os pesquisadores da Rede CEDES publicaram mais de 995 produções entre os anos de 2003 e 2008; esses produtos poderiam estar disponíveis no RIRC e atendendo os interesses da comunidade acadêmica e científica, assim como de escolas, professores e gestores públicos brasileiros. Isso demonstra uma das potencialidades transformadoras relativas ao RIRC no escopo das possibilidades de apropriação do ciberespaço pensadas por Lévy (2010); nesse caso, a construção da Rede CEDES poderia ser uma iniciativa pioneira de organização do serviço público com base nos princípios da inteligência coletiva.

O RIRC cria condições no ciberespaço para que os resultados das pesquisas financiadas pela Rede CEDES sejam acessadas em qualquer local do Brasil com pontos de conexão da internet, ou seja, é uma estrutura física para que a inteligência coletiva se manifeste. Vale ressaltar que apesar de muitas vezes o filósofo francês Pierre Lévy ser considerado um demasiado otimista com relação às promessas do ciberespaço (LÉVY, 2010), no Brasil, o RIRC e outras

estratégias com essas características tendem a ser cada vez mais eficientes por conta do Programa Nacional de Banda Larga que objetiva a massificação do acesso a internet de banda larga no Brasil até 2014 (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2010). De forma pontual, uma das críticas ao otimismo de Lévy se objetiva no fato de que é preciso tecer profundas transformações culturais para que o ciberespaço desencadeie mudanças significativas em nossa sociedade (cibercultura).

Porém, segundo a Secretária da SNDEL, pensar na formação cultural para o uso das TICs não foi prioridade do ME para construir, administrar e avaliar as políticas públicas brasileiras em esporte e lazer. A situação do CEDIME²¹ confirma esse posicionamento.

Estou a 4,5 anos tentando entender o CEDIME. Para mim uma das partes do CEDIME, seria ter um repositório. Porém vejo o CEDIME como uma sigla que não diz nada para dentro e fora do ME, a não ser para os especialistas (Rejane Penna Rodrigues, entrevista realizada 19/11/2010).

O caso do CEDIME ilustra que não há de fato uma proposta objetiva de gestão da informação e do conhecimento como parte da Política Nacional do Esporte²², apesar de contraditoriamente serem contempladas na primeira ação e meta da III Conferência Nacional do Esporte²³. As TICs, sobretudo, a internet é um importante meio para o exercício da democracia e não pode ser reduzida a interesses de publicidade no sentido da propaganda e do *marketing*. Por um lado, o poder público têm o dever de se apropriar das TICs para melhorar a gestão da política nacional, por outro lado, o cidadão têm o direito de ter acesso a todas as informações e conhecimentos vinculados com o dinheiro público, desde um relatório de pesquisa até a planilha detalhada com os gastos, por exemplo, das Olimpíadas de 2016. Se o problema é falta de prioridade, definitivamente elas devem ser revistas por um ministério que gastou mais de R\$ 31 milhões apenas na candidatura da cidade do Rio do Janeiro para vencer o

21 O Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (CEDIME) é um programa dessa instituição que existe de direito mas não existe de fato.

22 Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/polNacEsp.pdf>. Acessado em 28/07/2011.

23 Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/plenariaLinha5.pdf>. Acessado em 28/07/2011.



direito de sediar as Olimpíadas de 2016, sendo que R\$ 6 milhões foram gastos em propaganda e *marketing*.

Pelo que foi acordado entre o ME e o LaboMídia, desde a aprovação do projeto RIRC havia a pretensão do mesmo ser ampliado, inclusive, no sentido de apontar possíveis soluções para um futuro desenho do CEDIME. Uma das gestoras afirma: “*estamos usando esse projeto como estudo piloto e se der certo será ampliado para todo ME. Olha aí nascendo o CEDIME*” (Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto, entrevista realizada 19/11/2010). Após as experiências de desenvolvimento e administração do RIRC avaliamos que essa iniciativa cumpriu com seus objetivos e cria condições objetivas para a ampliação da proposta. Entretanto, com a instabilidade verificada na Rede CEDES, não há nenhuma indicação por parte do ME que o RIRC seja ao menos mantido, quanto mais ser ampliado para fazer parte da estrutura do CEDIME.

A partir desses dados e discussões sobre o RIRC no âmbito das políticas públicas em esporte e lazer é possível concluir que a definição de uma política de estado no campo da gestão da informação e do conhecimento é uma demanda política que está sendo negligenciada. No outro extremo desse diagnóstico, Harnad (2010b) compreende que o acesso aberto é uma questão jurídica e precisa ser legalmente normatizado para que não dependa apenas da vontade política de alguns gestores públicos que se alinham com a proposta.

A experiência do RIRC somada a outras iniciativas demonstram o potencial desse empreendimento, mas ainda carece de tempo e maiores investimentos para se consolidar. Espera-se que essa pesquisa contribua com a abertura de novas possibilidades de ampliação do uso das TICs no ME como prioridade e política de estado, a partir desse conjunto analítico das experiências de desenvolvimento e uso do RIRC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito mais específico da gestão pública, compreendemos que o ME poderia deixar de considerar o RIRC como um projeto piloto e garantir a manutenção e ampliação da ferramenta de forma duradoura, pois o isolamento do RIRC na estrutura política e administrativa do ME o reduz a uma condição marginal de investimentos financeiros e de recursos humanos. Em seu primeiro ano de funcionamento, o RIRC foi acessado por mais de 114 mil

internautas²⁴, um número relativamente pequeno em comparação ao potencial do sistema; entretanto, essa quantidade de acessos é significativa se considerarmos os limites estruturais e humanos desse projeto e o investimento apenas na disponibilização dessas pesquisas em formato impresso.

Compreendemos que esta condição desprivilegiada do RIRC na estrutura do ME se refletiu no uso da ferramenta pelos pesquisadores da Rede CEDES. Essa situação explica mais uma parcela dos dados que atestam a sub-utilização do RIRC, que conta com apenas 22% do total de extratos de relatórios e 15% do total das produções das pesquisas da Rede CEDES disponíveis no sistema. O complemento para fundamentar essa interpretação nos indica que conhecer e perceber a relevância do RIRC no âmbito da política pública em esporte e lazer brasileiro, não é suficiente para mobilizar os pesquisadores da rede a auto-arquivarem suas produções no RIRC. Segundo Harnad (2010b), a elaboração e cumprimento de um mandado seria necessário para modificar esse cenário.

Junto com o mandado, observamos que o entendimento da organização do trabalho em rede e da centralidade da informação e do conhecimento em nossa sociedade (CASTELLS, 2010); do papel da ciberespaço (LÉVY, 2010); e as possibilidades da construção de uma cultura participativa (JENKINS, 2009) são conceitos que poderiam contribuir com o fortalecimento do RIRC e do acesso aberto como política pública do ME. Entretanto, isso depende da reestruturação do complexo jogo de interesses que envolvem as decisões do poder público.

O segundo passo seria pensar na ampliação e materialização dessa proposta. A partir das experiências do RIRC, o ME poderia considerar a organização e desenvolvimento de um repositório institucional do Ministério do Esporte. Com isso, os gestores públicos e a sociedade brasileira teriam a oportunidade de aumentar a participação coletiva e democrática da população na gestão pública, facilitando o acesso às informações de interesse público e aumentando a transparência da gestão. O repositório do Ministério poderia ser organizado de acordo com a própria estrutura das secretarias, programas e ações do ME. Basta a definição do acesso aberto e dos repositórios digitais se tornarem prioridades no âmbito da construção de políticas públicas em esporte e lazer no Brasil.

24 Disponível em: <http://www.cedes.ufsc.br:8080/xmlui/statistics>. Acesso em 07/12/2011.



Mesmo com a falta de prioridade que o RIRC enfrenta em sua manutenção e ampliação, a ferramenta organiza e disponibiliza 182²⁵ objetos digitais provenientes das pesquisas financiadas pela Rede CEDES. Esses itens já foram acessados por mais de 240 mil usuários, sendo que o artigo mais pesquisado já acessado por mais de 1200 interessados. A articulação entre o conhecimento científico e a gestão do esporte e lazer brasileiro é uma das condições para qualificar as políticas públicas da área. Algumas das principais pesquisas em esporte e lazer do país estão disponíveis em acesso aberto no RIRC para auxiliar gestores de esporte e lazer de estados e municípios, além de constituir-se num banco de dados para estudos acadêmicos da área.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vicente Macedo. **Software livre, cultura hacker e o ecossistema da colaboração**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

ARAGÃO, Lucia Maria de Carvalho. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo, edição revisada e actualizada**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOGDAN, Robert; BINKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e métodos*. Porto/Pt: Porto Editora, 1991.

BRANCO, Marcelo D'Ellia. **Software Livre na Administração Pública Brasileira**. 2004. Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/sl000002.pdf. Acesso em 12/12/2011.

BRASIL. **III Conferência Nacional de Esportes: Linha 5 – Ciência e Tecnologia**, Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/conferenciaciona/arquivos/plenariaLinha5.pdf>. Acesso 12/01/2012

Busapest Open Access Initiative. 2002. Disponível em: <http://www.soros.org/openaccess/read>. Acesso em 12/12/2011

25 Disponível em: <http://www.cedes.ufsc.br:8080/xmlui/statistics>. Acesso em 16/07/2012.



CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Imprensa Oficial e AARQ-SP, 1996.

DIBONA, Chris *et al.* Open sources: voices from the open source revolution. 1999. Disponível em: <http://oreilly.com/catalog/opensources/book/toc.html>.

FERRARI, Rodrigo Duarte. **Gestão da informação e conhecimento em esporte e lazer: o caso do repositório institucional da rede CEDES (RIRC)**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Florianópolis: PPGEF/Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. 171 p.

GOELLNER, Silvana *et al.* **Pesquisa Qualitativa na Educação Física Brasileira: Marco Teórico e Modos de Usar**. - doi: 10.4025/reveducfis.v21i3.8682. **Revista de Educação Física/UEM**, 2010.

HARNAD, Steven *et al.* **The green and the gold roads to Open Access**. Nature Web Focus, 2004a.

HARNAD, Steven. *The Open Challenge: A Brief History*. **Public Service Review: European Science & Technology**, 9 . pp. 13-15. 2010a. Disponível em: <http://eprints.ecs.soton.ac.uk/21816/1/pubservrefFIN.pdf>

HARNAD, Steven. *Open Access to Research: Changing Researcher Behavior Through University and Funder Mandates*. In: **EDEM, 2010b: Proceedings of the 4th International Conference on E-Democracy**, pp. 13-22, Austrian Computer Society, 2010b.

HARNAD, Steven. *Gold Open Access Publishing Must Not Be Allowed to Retard the Progress of Green Open Access Self-Archiving*. **Logos: The Journal of the World Book Community**, 21 (3-4). pp. 86-93. ISSN 1878-4712, 2010c. Disponível em: <http://eprints.ecs.soton.ac.uk/21818/1/logospaper.pdf>

HARNAD, Steven. **Open Access Is a Research Community Matter, Not a Publishing Community Matter**. Lifelong Learning in Europe. 2011. Disponível em: <http://eprints.ecs.soton.ac.uk/22403/1/harnad-LLinE-1.pdf>

HUNGRIA. **Busapest Open Access Initiative**. 2002. Disponível em: <http://www.soros.org/openaccess/read>. Acesso em 12/12/2011



KUNZ, Elenor. **Educação Física: ensino & mudanças**. Ijuí: Ed UNIJUI, 1991.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2º ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LEMOS, Ronaldo. **Creative Commons, mídias e as transformações recentes do direito da propriedade intelectual**. Revista de Direito da GV, v. 1, n. 1 – p. 181-187, maio, 2005.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3º ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MASSON, Sílvia Mendes. **Os Repositórios digitais no âmbito da Sociedade Informacional**. PRISMA.COM nº 7, 2008. (ISSN: 1646 – 3153).

PIRES, Giovani De Lorenzi (org.). **O Brasil na Copa, a Copa no Brasil: registros de agendamento para 2014 na cobertura da midiática da Copa da África do Sul**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2011.

SWAN, Alma. *The culture of Open Access: researchers' views and responses*. In: Jacobs, N., Eds. **Open Access: Key Strategic, Technical and Economic Aspects**. Oxford: Chandos/ 52-59, 2006. Disponível em: <http://eprints.ecs.soton.ac.uk/12428>. Acesso em 12/12/2011.

SOMPEL, Herbert Van. *The Santa Fe Convention of the Open Archives Initiative*. D-Lib Magazine, Volume 6 Number 2, ISSN 1082-9873. 2000. Disponível em: <http://igitur-archive.library.uu.nl/DARLIN/2005-0526-201605/VandeSompel-DLib2000SantaFe.htm>

TANSLEY, Robert. SMITH, Mackenzi. WALKER, Julie Harford. *The DSpace Open Source Digital Asset Management System: Challenges and Opportunities*. **Springer Lecture Notes in Computer Science**, Volume 3652, Sep 2005. Disponível em: <http://dspace.mit.edu/handle/1721.1/29462>

TAYLOR, Arlene G.; JOUDREY, Daniel N. **The organization of information**. 3 ed. Westport: Libraries Unlimited, 2009.